

# *Prefeitura Municipal de Barueri*

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N° 4  
Proc: N° 658/2000

**PROJETO DE LEI N.º**

**036/2000**



## **“DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI N.º 1.164, DE 16 DE MAIO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2001”**

**GILBERTO MACEDO GIL ARANTES**, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Artigo 1.º** - Esta Lei estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2001, orienta a elaboração da lei orçamentária e dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

**Artigo 2.º** - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal, para o exercício financeiro subsequente, são as que constam do Anexo 1 desta Lei.

**Parágrafo 1.º** - As metas e prioridades fixadas no anexo de que trata este artigo terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2001, não se constituindo, todavia em limite à programação de despesas.

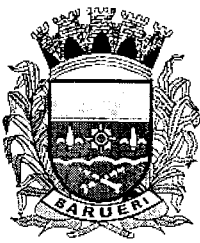
**Parágrafo 2.º** - As prioridades estabelecidas no Anexo 1 desta lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de lei do orçamento anual.

**Artigo 3.º** - A elaboração da proposta orçamentária, para o exercício de 2001, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como entidades da administração direta e indireta.

**Parágrafo Único** - Na estimativa das receitas e fixação das despesas, considerar-se-ão a tendência de arrecadação do presente exercício, os reflexos das modificações econômicas e financeiras do Governo Federal, as alterações na legislação municipal e o crescimento econômico do Município.

**Artigo 4.º** - A Lei Orçamentária não consignará novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento.

9



# *Prefeitura Municipal de Barueri*

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : N° 5  
Proc: N° 658/2000

**Parágrafo Único** - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

**Artigo 5.º** - Para efeito da ressalva de que trata o artigo 16, § 3.º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, consideram-se irrelevantes as despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental cujo valor total no exercício não ultrapasse 1% (um por cento) da despesa fixada para o Executivo e para o Legislativo.

**Artigo 6.º** - Ficam estabelecidas, como consta do Anexo 2 desta Lei, as Metas Fiscais para o triênio 2001 / 2003.

**Parágrafo Único** - Integram esse anexo:

**I** – a metodologia e a memória dos cálculos efetuados, bem como os dados do passado que ampararam a fixação das metas;

**II** – a evolução do patrimônio líquido;

**Artigo 7.º** - O Projeto de Lei Orçamentária, para o ano de 2001, deverá conter reserva específica na fixação da despesa, de modo a que sejam evitados riscos relativos às decisões e outros atos que possam provocar efeitos não quantificados sobre as contas públicas, conforme Anexo 3.

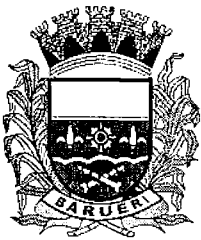
**Artigo 8.º** - Se a arrecadação da receita estimada na Lei Orçamentária não observar, em cada bimestre, o comportamento estabelecido na programação financeira, ambos os Poderes determinarão, nos trinta dias subsequentes, limitação de suas despesas, em valor equivalente à queda da arrecadação verificada

**Parágrafo 1.º** - O valor obtido será reduzido nas dotações escolhidas no âmbito de cada Poder, observado o disposto nesta Lei e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

**Parágrafo 2.º** - Nenhum dos Poderes poderá limitar despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

**Parágrafo 3.º** - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram

9



# *Prefeitura Municipal de Barueri*

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº 6  
Proc: Nº 658/2000

*limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, por ato de cada Poder.*

**Artigo 9.º** - *Se a dívida consolidada do Município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, na forma do artigo 31, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, cabendo a ambos os Poderes limitar o empenhamento nas respectivas dotações, de maneira proporcional à participação no total orçamentário.*

**Artigo 10** - *No exercício de 2001 o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas custeados com recursos orçamentários ficará a cargo de comissões instituídas no âmbito de cada Poder.*

**Parágrafo Único** - *As comissões encaminharão relatórios ao Chefe do respectivo Poder até trinta (30) dias após o encerramento de cada quadrimestre civil, apontando os custos apurados e a avaliação dos resultados.*

**Artigo 11** - *Ressalvadas as transferências de recursos a entidades da Administração Indireta já especificamente consignadas na Lei Orçamentária, as demais transferências a entidades públicas ou privadas, a título de subvenção, auxílio ou congêneres, dependerão de específica autorização legislativa e existência de recursos orçamentários.*

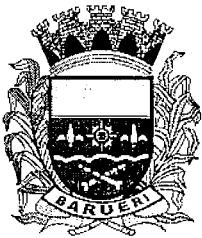
**Artigo 12** - *O Município poderá contribuir para custear despesas correntes e de capital de competência de outros entes da federação, desde que haja lei autorizando a celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres, e crédito orçamentário próprio.*

**Artigo 13** - *No exercício de 2001, a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, poderão ser efetuados, em ambos os Poderes, desde que:*

*1 – haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;*

*2 – não provoquem desatendimento do limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;*

9



# *Prefeitura Municipal de Barueri*

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº 7  
Proc: Nº 658/2000

**3 – não possibilitem seja ultrapassado os 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gastos com pessoal do respectivo Poder:**

**4 – não desatendam a restrição imposta pelo artigo 71, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.**

**Artigo 14 – A proposta orçamentária do Município para 2001 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2000.**

**Artigo 15 – A Câmara Municipal deverá enviar sua proposta Orçamentária ao Executivo até trinta (30) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária ao Legislativo.**

**Artigo 16 – Até 31 de dezembro de 2000 o Executivo poderá submeter ao Legislativo propostas de alteração da legislação tributária.**

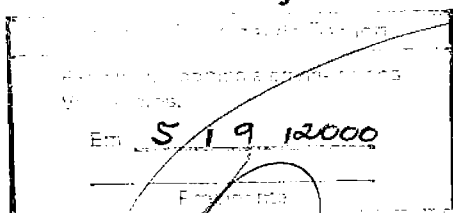
**Artigo 17 – Até trinta (30) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício, de maneira a compatibilizar os dispêndios com a arrecadação.**

**Artigo 18 – O projeto de lei orçamentária anual conterá reserva de contingência destinada a atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.**

**Artigo 19 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Artigo 20. Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de Barueri,**



*Gilberto Macedo Gil Arantes*  
**GILBERTO MACEDO GIL ARANTES**  
**Prefeito Municipal**

